

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE MARINGÁ**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.**

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARINGÁ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

CONTEÚDO

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Negócios e performance administrativa

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá, fundada em 11 de junho de 1.954, é instituição privada, de fins filantrópicos, declarada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS/Saúde, Portaria nº 1.125, de 18 de novembro de 2021, com validade até 31 de dezembro de 2024.

Em seu Estatuto, registrado sob o nº 455.658, com averbação nº 38/3, Livro A-001, registrado no Registro de Títulos e Documento de Maringá/PR, em seu artigo 30º, cita que, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá é administrada por uma Diretoria composta por quatro membros, todos associados, eleitos por Assembleia Geral Ordinária com mandato de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria atual, eleita em 18 de março de 2020, conforme Ata de Assembleia nº 511351, com averbação nº 45/3, Livro A-001, registrada no Registro de Títulos e Documento de Maringá/PR, tem seu mandato com encerramento em 31 de março de 2024.

A Instituição administra a Operadora de Planos de Saúde, no segmento filantropia, com registro na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 33.683-1, operadora classificada como de médio porte, abrangência grupo de municípios, comercializando seus produtos na modalidade pré-pagamento, nos segmentos familiar, coletivo empresarial e coletivo por adesão.

Os valores de comercialização são determinados por cálculos atuariais com periodicidade de reajustes anuais, sendo o segmento familiar através de índice aprovado pela ANS, e nos demais, através de cálculo atuarial baseados nos indicadores de sinistralidade.

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá é um hospital geral, cadastrado no CNES/Ministério da Saúde sob o nº 2594714, detentor do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS/Saúde, Portaria nº 1.125, de 18 de novembro de 2021, com validade até 31 de dezembro de 2024, na modalidade 60% de atendimentos ao SUS.

Conta com estrutura total de 311 leitos, sendo, destes, 51 leitos de UTI Adulto e 20 leitos de UTI Neonatal/Pediátrica. É hospital de referência em alta complexidade nas especialidades de Ortopedia e Traumatologia, Neurologia/Neurocirurgia, Nefrologia, Transplantes e Gestação de Alto Risco, sendo referência para todos os 30 (trinta) municípios da 15ª Regional de Saúde do Estado do Paraná e, em alguns casos, também para os 115 municípios da Macrorregião Noroeste do Paraná.

A instituição destina 60% dos seus leitos para atendimento aos pacientes do SUS, e também atende a vários Convênios, Planos de Saúde e Particular, nas mais variadas especialidades médicas.

Política de destinação de lucros:

Em cumprimento ao artigo 49º do Estatuto da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá, os recursos econômicos e resultados da entidade são integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, dentro do território nacional, bem como, não distribui qualquer forma de rendimento ou parcela de seu patrimônio aos seus associados e membros de sua Diretoria, sob nenhuma forma ou pretexto.



Principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da entidade no resultado do exercício de 2021:

O exercício de 2021 ficou marcado como um ano de superação de desafios. Atravessamos forte turbulência causada pela Pandemia do novo coronavírus, o que nos impôs grandes dificuldades, especialmente no que tange à escassez de mão de obra devido ao grande número de colaboradores e médicos afastados por contaminação pela Covid-19, e à falta de insumos e suprimentos no mercado, tendo este item sido agravado por substanciais aumentos nos preços. Também tivemos importantes gastos com a adequação da estrutura física de vários setores para garantir leitos de isolamento aos pacientes acometidos pelo novo coronavírus, garantindo, assim, segurança a todos os pacientes internados, e aumento de gastos substanciais também com aquisição de equipamentos como Respiradores e Bombas de Infusão e, sobretudo, com EPI's (máscaras, aventais, luvas, etc.). Além disso, o advento dessa pandemia influenciou no perfil epidemiológico atendido pelo hospital, ocasionando, inclusive, sazonalidades e importantes variações na taxa de ocupação dos leitos.

Com muita determinação e trabalho em equipe superamos as adversidades, porém comprometendo as metas para os indicadores econômicos financeiros para o exercício, exigindo medidas administrativas para garantir o cumprimento de todas as exigências financeiras, inclusive as de capital regulatório e margem de solvência, aplicadas ao segmento da saúde suplementar.

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá possui estrutura de auditoria e controladoria própria, e também é auditada regularmente por empresa de auditoria independente e, segue as recomendações desta para as melhores práticas de controles operacionais.

Apesar do cenário desfavorável provocado pelo advento da pandemia, e da necessidade constante de revisar o Planejamento Estratégico, a instituição ainda conseguiu efetivar importantes investimentos que haviam sido planejados, focados na sustentabilidade e na busca da excelência na assistência aos seus clientes.

Dentre as ações de ampliação da assistência à saúde, graças a uma parceria com o Governo do Estado do Paraná que, através da Secretaria de Saúde do Estado, aprovou investimentos da ordem de R\$ 3.142.607,91, foi iniciada a construção do Centro Médico SUS com área de 1.091m², contendo 22 consultórios, além de salas para exames e de toda estrutura de apoio. Contando com os valores de contrapartida efetuados pela Santa Casa, essa obra tem o orçamento total de R\$ 3.463.926,12.

Outra ação importante foi a ampliação de leitos, passando de 290 para um total de 311, sendo que 60% do total são destinados aos atendimentos dos pacientes do Sistema Único de Saúde.

Importantes investimentos também foram mantidos no projeto de qualificação dos serviços, sobretudo na capacitação de colaboradores e médicos, e como consequência conquistamos a Certificação de Acreditação ONA Pleno - Nível 2.

Estruturação e implantação do Serviço de Cuidados Paliativos.

Estruturação e implantação do Serviço de Pesquisa Científica.

Estruturação e implantação da Comissão da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.



Implementação do Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL, com importantes investimentos na capacitação e qualificação de 56 líderes, das mais diversas áreas da instituição.

Perspectivas e planos da administração para o exercício de 2022:

Dentre as principais atividades para o exercício de 2022, considerando que os indicadores da pandemia do novo coronavírus estão mais favoráveis e praticamente estabilizados, permitindo uma revisão dos planos, o objetivo principal é a retomada das atividades hospitalares à sua normalidade, como por exemplo a realização de cirurgias eletivas, cuja demanda está demasiadamente reprimida em virtude do longo período em que fomos duramente afetados pela Covid-19.

Além disso, está programada para este exercício a conclusão da obra do Centro Médico SUS, cuja previsão para inauguração está para junho/2022.

Também está na programação a implementação do Programa de Desenvolvimento de Lideranças na Enfermagem – PDLE, e a retomada das ações para a busca pela Certificação da Santa Casa como Hospital Amigo da Criança.

Maringá, 15 de março de 2022.

José Pereira
Superintendente Administrativo



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá
Maringá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá. (“Entidade”) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores e o relatório de auditoria, datado de 27 de setembro de 2021, foi emitido sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

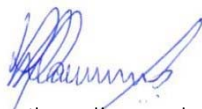
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de março de 2022.



QUADRO 1

Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		57.208.817	62.829.117	PASSIVO CIRCULANTE		48.677.857	40.097.440
Disponível	5	1.195.982	1.170.901	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	14	25.737.452	16.598.017
Realizável		56.012.835	61.658.216	Provisões de Prêmios / Contraprestações	-	8.028.569	3.180.091
Aplicações Financeiras	6	34.132.298	42.600.608	Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	14 (i)	3.386.546	3.180.091
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	20.820.253	14.032.484	Provisão de Insuficiência de Prêmios	14 (ii)	4.642.023	-
Aplicações livres	-	13.312.045	28.568.124	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	14 (iii)	2.341.114	1.334.779
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	1.844.877	1.954.718	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outr. Prest. de Serv. Assist.	14 (iv)	4.374.718	3.309.118
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	-	1.329.133	1.098.035	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	14 (v)	10.993.051	8.774.029
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	-	123.575	115.182	Debitos de operações de assistência a saúde	15	1.180.775	927.616
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	392.169	741.501	Receita Antecipada de Contraprestações	-	1.154.971	914.748
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion.com Planos de Saúde da Oper.	8	12.568.040	10.087.497	Comercialização sobre operações	-	25.804	12.868
Bens e Títulos a Receber	9	7.452.389	7.001.264	Débitos com Oper.de Assist.à Saúde N. Rel.com Pl. de Saúde da Operadora	16	2.365.551	2.873.300
Despesas antecipadas	-	15.231	14.129	Tributos e contribuições a recolher	17	1.770.054	1.546.329
ATIVO NÃO CIRCULANTE		55.004.587	51.699.222	Débitos diversos	18	17.624.025	18.152.178
Realizável a Longo Prazo	-	2.569.920	2.103.517	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.875.753	23.022.251
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	2.388.437	2.103.517	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à saúde		1.190.902	1.330.174
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	9	181.483	-	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	14 (iii)	1.190.902	1.330.174
Investimentos	11	1.506.191	1.253.770	Provisões		3.495.802	6.790.157
Outros Investimentos		1.506.191	1.253.770	Provisões de ações judiciais	19	3.495.802	6.790.157
Imobilizado	12	50.370.837	47.769.864	Tributos e encargos sociais a recolher	17	1.488.639	1.724.153
Imóveis de Uso Próprio	-	21.888.732	22.150.083	Parcelamento de tributos e contribuições	-	1.488.639	1.724.153
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos	-	19.575.879	19.832.509	Débitos Diversos	20	14.700.410	13.177.767
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos	-	2.312.853	2.317.574	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.659.794	51.408.648
Imóveis de Uso Próprio	-	26.403.079	23.743.214	Patrimônio Social	21.1	51.181.274	-
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos	-	24.626.544	22.052.111	Reservas		222.192	42.283.721
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	-	1.776.535	1.691.103	Reservas de reavaliação	21.2	388.188	451.269
Imobilizações em Curso	-	1.913.669	1.612.013	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	-	(165.996)	41.832.452
Outras Imobilizações	-	165.357	264.554	Superávits (Deficits) acumulados	-	(8.743.672)	9.124.927
Intangível	13	557.639	572.071	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		112.213.404	114.528.339
TOTAL DO ATIVO		112.213.404	114.528.339				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
 (Valores expressos em reais)**

	nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	22	102.454.519	98.545.595
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	-	102.454.519	98.545.595
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	-	107.096.542	98.545.595
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	-	(4.642.023)	-
Eventos indenizáveis líquidos	-	(112.387.910)	(87.915.201)
Eventos Conhecidos e Avisados	23	(110.168.889)	(87.740.291)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	(2.219.021)	(174.910)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(9.933.391)	10.630.394
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	24	1.025.755	911.996
Receitas de Assist. à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	25	112.486.338	98.673.496
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	59.142.087	44.463.649
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	-	45.388.976	40.105.430
Outras Receitas Operacionais	-	7.955.275	14.104.417
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	26	(1.921.692)	(1.093.163)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(342.832)	(330.786)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(1.578.860)	(762.377)
Outras Despesas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relacionados com Plano de Saúde	27	(104.808.670)	(94.851.399)
RESULTADO BRUTO		(3.151.660)	14.271.324
Despesas de Comercialização	-	(1.046.785)	(682.829)
Despesas Administrativas	29	(7.263.991)	(6.440.465)
Resultado Financeiro Líquido		2.439.775	1.801.961
Receitas Financeiras	30	2.918.857	2.279.003
Despesas Financeiras	31	(479.082)	(477.042)
Resultado Patrimonial	-	278.989	174.936
Receitas Patrimoniais	-	430.261	386.543
Despesas Patrimoniais	-	(151.272)	(211.607)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(8.743.672)	9.124.927
RESULTADO DEPOIS DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(8.743.672)	9.124.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit (déficit) líquido do exercício	(8.743.672)	9.124.927
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>(8.743.672)</u>	<u>9.124.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Valores expressos em reais)**

	Patrimônio Social	Reservas de Lucros/Sobras/Retenções	Reserva de Reavaliação	Superávits / (Déficits) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	35.868.690	514.350	5.825.439	42.208.479
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	75.242	-	-	75.242
Aumento Patrimônio Social com Lucros	-	5.825.439	-	(5.825.439)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	63.081	(63.081)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	9.124.927	9.124.927
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	41.832.452	451.269	9.124.927	51.408.648
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(5.182)	-	-	(5.182)
Aumento Patrimônio Social com Lucros	51.181.274	(42.056.347)	-	(9.124.927)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	63.081	(63.081)	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(8.743.672)	(8.743.672)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	51.181.274	(165.996)	388.188	(8.743.672)	42.659.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (método direto).

(Valores expressos em reais)

	2021	2020
		Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.033.223	13.374.748
Recebimentos de Plano Saúde (+)	119.068.413	110.783.023
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	64.379.794	70.459.538
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras (+)	1.778.261	1.319.812
Outros Recebimentos Operacionais (+)	148.583.638	151.632.607
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	(151.219.087)	(140.936.552)
Pagamento de Comissões (-)	(1.046.786)	(682.829)
Pagamentos de Pessoal (-)	(48.902.346)	(43.552.040)
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(838.109)	(1.019.777)
Pagamentos de Tributos (-)	(14.316.875)	(12.803.387)
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.074.341)	(1.019.562)
Pagamentos de Aluguel (-)	(701.413)	(665.086)
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	(1.076.469)	(495.207)
Aplicações Financeiras (-)	(55.905.259)	(77.806.610)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(52.696.198)	(41.839.182)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.903.376)	(13.995.264)
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar (-)	138.650	118.368
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar (-)	(4.924.073)	(12.617.486)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros (-)	(703.240)	(822.760)
Pagamento Relativos ao Ativo Intangível (-)	(163.659)	(331.676)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento (-)	(251.054)	(341.710)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(104.766)	(114.487)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(104.766)	(114.487)
CAIXA LIQUÍDO	25.081	(735.003)
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira)	25.081	735.003
Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no início do exercício	1.170.901	1.905.904
Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no final do exercício	1.195.982	1.170.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARINGÁ.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá (“Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, fundada em 11 de junho de 1954, trata-se de associação sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, sem finalidade lucrativa, com sede e foro na cidade de Maringá, estado do Paraná, reconhecida como de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 02.300/68, Lei Estadual nº 5.826/68 e Lei Municipal nº 323/64. A Entidade tem por finalidade principal atender pacientes que não disponham de recursos para seu tratamento, proporcionando-lhes assistência social, médico – hospitalar, bem como promover, dentro de suas possibilidades, o ensino médico, de enfermagem e hospitalar.

A Entidade obteve o deferimento na renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), através da Portaria 174 de 04 de fevereiro de 2019, com validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Em 18 de novembro de 2021, através da portaria 1.125 a Entidade obteve o deferimento na renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), nas mesmas características acima citado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

A Entidade também possui como objeto de suas atividades a comercialização de plano de saúde e atendimento dos conveniados ao plano, Santa Casa Saúde, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o nº 33683-1.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 – lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09 e pela Resolução CFC nº 1409/12, que aprova as Interpeleções Técnicas Gerais – ITG 2002, Entidade sem Finalidade de Lucros. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

4.4 ATIVOS CIRCULANTES

a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

d) Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Representam direitos a cobrar de terceiros e originam-se de convênios celebrados com entidades privadas e públicas para prestação de serviços médicos e hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos e ajustados pelas provisões para perdas sobre créditos.

e) Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

f) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores e empréstimos concedidos.

4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

g) Investimentos

Demonstrado pelo custo de aquisição referente participação em cotas de investimentos junto às instituições financeiras Uniprime, Cresol e Sicredi.

h) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação, conforme nota explicativa nº 12, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear e contabilizadas parte no custo e parte como despesa operacional, em função do tempo de vida útil fiscal estimado dos bens.

i) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de direitos de uso do *software* e ponto comercial, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela Entidade de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI – Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

4.7.2 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

4.7.3 PIC (Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações)

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, introduzida pela RN 442/2018, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS). A Entidade apresenta o montante registrado de PIC no exercício de 2021 no valor de R\$ 4.642.023.

4.7.4 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

A Entidade calcula a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS – RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores, apresentando um montante no exercício de 2021 constituído de R\$ 10.993.051.

4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

4.9 DEMAIS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

4.9.1 Subvenções Governamentais

No exercício de 2021, foram recebidos recursos através dos convênios firmados com o poder público e instituições privadas, com finalidade de custeio de construções civis e aquisição de equipamentos.

As subvenções recebidas no exercício de 2021 por categoria, bem como os respectivos montantes recebidos, estão demonstrados no quadro abaixo:

Concedente	Convênio	Valor	Objetivo
Ministério da Saúde/Fundo Municipal	014/2021	530.100	Aquisição de Equipamentos
Ministério da Saúde/Fundo Federal	851473	133.345	Aquisição de Equipamentos e materiais hospitalares
Ministério da Saúde/Fundo Federal	900868/2020	1.115.978	Aquisição de Equipamentos e materiais hospitalares
Ministério da Saúde/Fundo Estadual	111/2020	1.306.647	Construção de Edificação - Centro Médico SUS
Termo de Cooperação Técnica	4600019147	628.225	Aquisição de Equipamentos

Os recursos financeiros recebidos pela Entidade destinados ao custeio e investimentos são devidamente aplicados de acordo com o Termo firmado, as receitas são reconhecidas no resultado observando o disposto na CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, é feita a prestação de contas da aplicação dos recursos por execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor.

A Entidade recebeu de pessoas físicas e jurídicas doações financeiras, na sua maioria com finalidade de auxílio para enfrentamento da pandemia proporcionada pelo Covid 19, totalizando o valor de R\$ 28.185, no formato incondicional, ou seja, o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.

4.10 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

5. DISPONIVEL

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	1.666	4.035
Bancos	<u>1.194.316</u>	<u>1.166.866</u>
	<u>1.195.982</u>	<u>1.170.901</u>

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)	20.820.253	14.032.484
Aplicações livres (ii)	<u>13.312.045</u>	<u>28.568.124</u>
	<u>34.132.298</u>	<u>42.600.608</u>

- (i) Valores aplicados em Fundo específico e exclusivo dedicado a ativos garantidores devidamente registradas na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas. As provisões técnicas que necessitam de ativos garantidores se encontram-se suficientes para cobrir eventuais riscos, conforme nota explicativa 14.
- (ii) Referem-se a aplicações livres em Fundos de Investimentos não exclusivos, com resgate imediato. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 97% a 110% da variação do CDI mensal.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensalidade a receber	1.465.896	1.209.241
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(865.517)	(602.727)
Faturas a receber	882.187	576.085
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	(321.319)	(220.136)
Suspensão de reajuste ANS	392.169	741.501
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	291.461	250.754
	<u>1.844.877</u>	<u>1.954.718</u>

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos Hospitalares	13.431.488	10.474.085
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (Hospitalares)	(863.448)	(386.588)
	<u>12.568.040</u>	<u>10.087.497</u>

São registrados os créditos provenientes da prestação de serviços médico-hospitalar ao Sistema Único de Saúde – SUS, convênios e clientes particulares referente aos atendimentos hospitalares realizados na Rede Própria.

A Provisão para Perdas sobre Créditos Hospitalares é reconhecida com base nos títulos vencidos acima de 90 dias.

9. BENS E TITULOS A RECEBER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Estoques (i)	7.298.798	6.345.932
Adiantamento a fornecedores (ii)	106.036	136.228
Empréstimos a receber C.P (iii)	46.250	-
Outros valores a receber	1.305	-
Adiantamento de Férias	-	519.104
	<u>7.452.389</u>	<u>7.001.264</u>
Total do Ativo Circulante		
Empréstimos a receber L.P (iii)	<u>181.483</u>	-
Total do Ativo Não Circulante	<u>181.483</u>	-

- (i) Os estoques são constituídos principalmente por materiais e medicamentos, produtos descartáveis, uniformes e EPIs, materiais de escritório e limpeza, alimentos e bebidas.
- (ii) Refere-se a pagamentos do plano odontológico dos colaboradores e de mensalidades de plano de saúde e AFUSCamm (Associação dos Funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Maringá), que serão descontados em folha de pagamento no mês subsequente.
- (iii) Refere-se a um contrato de mútuo firmado em 11 de junho de 2021 no valor total de R\$ 250.000 com prazo de pagamento de 60 meses e com prestações mensais fixas no valor de R\$ 4.722. A amortização das parcelas iniciou-se em 31 de julho de 2021.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos Judiciais – Tributos (i)	1.875.380	1.532.354
Depósitos Judiciais – ANS	396.394	458.458
Depósitos Judiciais – Sinistros	96.521	87.806
Depósitos Judiciais – Trabalhistas	19.302	24.059
Depósitos Judiciais – Cíveis	840	840
	<u>2.388.437</u>	<u>2.103.517</u>

- (i) O montante de R\$ 1.875.380, refere-se ao processo nº 003449.98.2016.8.16.0190, contra o Estado do Paraná, com declaração de redução da carga tributária de ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica.

11. INVESTIMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Uniprime Norte do Paraná	1.452.831	1.251.933
Cresol	51.369	-
Sicredi	<u>1.991</u>	<u>1.837</u>
	<u><u>1.506.191</u></u>	<u><u>1.253.770</u></u>

12. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			<u>2021</u>	<u>2020</u>
Terrenos - Hospitalares	5.550.000	-	5.550.000	4.930.000
Terrenos - Não Hospitalares	2.304.000	-	2.304.000	2.304.000
Edificações - Hospitalares	20.618.020	(6.592.140)	14.025.880	14.902.509
Edificações - Não Hospitalares	228.377	(219.524)	8.853	13.574
Instalações - Hospitalares	5.960.018	(1.878.510)	4.081.508	1.709.806
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	41.152.844	(22.977.374)	18.175.470	17.970.347
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	458.033	(289.696)	168.337	164.201
Móveis e Utensílios Hospitalares	5.430.848	(3.061.282)	2.369.566	2.371.958
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	316.307	(185.679)	130.628	114.548
Veículos - Hospitalares	89.231	(89.231)	-	-
Veículos - Não Hospitalares	116.068	(86.772)	29.296	40.340
Equipamentos de Informática Hospitalares	4.240.621	(2.938.600)	1.302.021	1.256.763
Equipamentos de Informática Não Hospitalares	434.990	(288.738)	146.252	115.251
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	721.821	(556.464)	165.357	264.554
Imobilizado em Andamento	<u>1.913.669</u>	<u>-</u>	<u>1.913.669</u>	<u>1.612.013</u>
	<u><u>89.534.847</u></u>	<u><u>(39.164.010)</u></u>	<u><u>50.370.837</u></u>	<u><u>47.769.864</u></u>

Mapa de movimentação do imobilizado

Custos	2020				2021
	Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Final
Terrenos - Hospitalares	4.930.000	620.000	-	-	5.550.000
Terrenos - Não Hospitalares	2.304.000	-	-	-	2.304.000
Edificações - Hospitalares	20.618.020	-	-	-	20.618.020
Edificações - Não Hospitalares	228.377	-	-	-	228.377
Instalações - Hospitalares	3.250.249	2.709.769	-	-	5.960.018
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	38.543.118	3.808.821	(1.207.843)	8.748	41.152.844
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	439.388	27.798	(405)	(8.748)	458.033
Móveis e Utensílios Hospitalares	5.052.161	437.950	(58.422)	(841)	5.430.848
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	281.702	35.778	(2.014)	841	316.307
Veículos - Hospitalares	89.231	-	-	-	89.231
Veículos - Não Hospitalares	116.068	-	-	-	116.068
Equipamentos de Informática Hospitalares	3.834.388	518.022	(105.242)	(6.547)	4.240.621
Equipamentos de Informática Não Hospitalares	358.758	81.782	(12.097)	6.547	434.990
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	721.821	-	-	-	721.821
Imobilizado em Andamento	1.612.013	301.656	-	-	1.913.669
	82.379.294	8.541.576	(1.386.023)	-	89.534.847
Depreciação acumulada					
Edificações - Hospitalares	(5.715.511)	(876.629)	-	-	(6.592.140)
Edificações - Não Hospitalares	(214.803)	(4.721)	-	-	(219.524)
Instalações - Hospitalares	(1.540.443)	(338.067)	-	-	(1.878.510)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	(20.572.771)	(3.480.575)	1.083.365	(7.393)	(22.977.374)
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	(275.187)	(22.308)	406	7.393	(289.696)
Móveis e Utensílios Hospitalares	(2.680.203)	(426.677)	45.384	214	(3.061.282)
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	(167.154)	(20.319)	2.008	(214)	(185.679)
Veículos - Hospitalares	(89.231)	-	-	-	(89.231)
Veículos - Não Hospitalares	(75.728)	(11.044)	-	-	(86.772)
Equipamentos de Informática Hospitalares	(2.577.625)	(470.592)	103.598	6.019	(2.938.600)
Equipamentos de Informática Não Hospitalares	(243.507)	(51.310)	12.098	(6.019)	(288.738)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(457.267)	(99.197)	-	-	(556.464)
	(34.609.430)	(5.801.439)	1.246.859	-	(39.164.010)
Imobilizado líquido	47.769.864	2.740.137	(139.164)	-	50.370.837

13. INTANGIVEL

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2021	2020
Softwares Hospitalar	3.212.399	(2.702.867)	509.532	541.638
Softwares Não Hospitalar	62.258	(29.533)	32.725	8.451
Ponto Comercial Não Hospitalar	33.000	(17.618)	15.382	21.982
	3.307.657	(2.750.018)	557.639	572.071

Mapa de movimentação do intangível

Custo	2020			2021
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Softwares Hospitalar	3.043.445	199.122	(30.168)	3.212.399
Softwares Não Hospitalar	34.402	27.986	(130)	62.258
Ponto Comercial Não Hospitalar	33.000	-	-	33.000
	<u>3.110.847</u>	<u>227.108</u>	<u>(30.298)</u>	<u>3.307.657</u>
Amortização acumulada				
Softwares Hospitalar	(2.501.807)	(219.123)	18.063	(2.702.867)
Softwares Não Hospitalar	(25.951)	(3.712)	130	(29.533)
Ponto Comercial Não Hospitalar	(11.018)	(6.600)	-	(17.618)
	<u>(2.538.776)</u>	<u>(229.435)</u>	<u>18.193</u>	<u>(2.750.018)</u>
	<u>572.071</u>	<u>(2.327)</u>	<u>(12.105)</u>	<u>557.639</u>

14. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2021	2020
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) (i)	3.386.546	3.180.091
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) (ii)	4.642.023	-
Provisão de eventos a liquidar com o SUS - C.P (iii)	2.341.114	1.334.779
Provisão de Eventos/Sinistros a Liq. para Outr. Prest. de Serv. Assist. (iv)	4.374.718	3.309.118
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (v)	<u>10.993.051</u>	<u>8.774.029</u>
Total do Passivo Circulante	<u>25.737.452</u>	<u>16.598.017</u>
Provisão de eventos a liquidar com o SUS - L.P (iii)	<u>1.190.902</u>	<u>1.330.174</u>
Total do Passivo Não Circulante	<u>1.190.902</u>	<u>1.330.174</u>

i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

ii) Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC)

Definida pela RN 442/2018 a PIC é constituída mensalmente quando for verificado que as Contraprestações a serem recebidas referente aos contratos de Assistência Médico-Hospitalar vigentes, somadas à PPCNG forem insuficientes para atender à todas as obrigações contratuais já assumidas pela Operadora (custeio das despesas diretas da operação de planos de saúde).

iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS de curto e longo prazos.

iv) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros. Prestadores de Serviços Assistenciais

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos dos últimos doze meses, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.

15. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestações - recebimento antecipado	1.154.971	914.748
Comissões a pagar	<u>25.804</u>	<u>12.868</u>
	<u>1.180.775</u>	<u>927.616</u>

16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Honorários médicos pessoa jurídica	2.348.701	2.857.973
Honorários médicos pessoa física	<u>16.850</u>	<u>15.327</u>
	<u>2.365.551</u>	<u>2.873.300</u>

Refere-se aos registros das obrigações originadas das atividades de prestação de serviços médico hospitalares da Santa Casa de Maringá.

17. TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARCELAMENTOS A RECOLHER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FGTS a Recolher	504.699	450.818
IRRF a Recolher	386.769	282.755
INSS a Recolher	350.767	314.089
Parcelamento Especial - PAES	243.739	239.032
PIS / COFINS a Recolher	179.834	153.881
Parcelamento - FGTS	51.343	59.951
CSLL a recolher	49.270	42.159
Contribuição Sindical	2.934	3.055
ISSQN a Recolher	<u>699</u>	<u>589</u>
Total do Passivo Circulante	<u>1.770.054</u>	<u>1.546.329</u>
Parcelamento - FGTS	330.879	349.716
Parcelamento Especial - PAES	<u>1.157.760</u>	<u>1.374.437</u>
Total do Passivo Não Circulante	<u>1.488.639</u>	<u>1.724.153</u>

18. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigações com pessoal	8.106.995	7.723.825
Fornecedores de Bens	7.817.818	9.096.560
Fornecedores de Serviços	933.750	926.520
Créditos não identificados	400.888	331.998
Adiantamento de clientes	363.560	67.823
Reembolsos SCM	1.014	5.452
	<u>17.624.025</u>	<u>18.152.178</u>

Refere-se aos registros relacionados à compromissos com pagamentos de colaboradores, fornecedores de bens e serviços, adiantamentos de clientes em virtude do pagamento antecipado de atendimentos, créditos recebidos e não identificados e demais débitos não relacionados às atividades de planos de saúde.

19. PROVISÕES DE AÇÕES JUDICIAIS – CONTINGÊNCIAS

	<u>Probabilidade de perda</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>
Contingências tributárias	1.912.680	-	-
Contingências cíveis	1.045.250	148.000	-
Contingências trabalhistas	537.872	-	-
	<u>3.495.802</u>	<u>148.000</u>	<u>-</u>

A contingência tributária refere-se ao processo judicial nº 0003449-98.2016.8.16.0190, movido contra a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, onde há uma discussão da alíquota do ICMS incidente sobre a energia elétrica. O pleito trata da pretensão de que o ICMS tenha alíquota reduzida de 29% para 18%. Os passivos reconhecidos em decorrência deste processo são os pagamentos da conta de energia elétrica que são recolhidos em juízo, via depósitos judiciais mediante vigência da medida liminar.

Os processos cíveis classificados como perda possível referem-se em sua maioria a ações de reparação de danos morais por erros médicos em procedimentos pós-cirúrgicos, pedidos de cobertura de procedimentos cirúrgicos negados pela Operadora de Saúde, cobrança de valores abusivos relacionados a co-participação e reembolsos de procedimentos de urgência.

As provisões para contingências são provisionadas com base no valor provável de perda da causa, conforme estimado pelos assessores jurídicos da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2021, as movimentações das provisões para contingências estavam assim apresentadas:

Contingências Tributárias	2021
Saldo em 31/12/2020	1.558.599
Constituição	354.081
Reversões	-
Saldo em 31/12/2021	1.912.680
Contingências Cíveis	2021
Saldo em 31/12/2020	4.335.000
Constituição	105.811
Reversões	(3.395.561)
Saldo em 31/12/2021	1.045.250
Contingências Trabalhistas	2021
Saldo em 31/12/2020	896.558
Constituição	439.561
Reversões	(798.247)
Saldo em 31/12/2021	537.872

O montante de R\$ 3.395.561 foi revertido das contingências cíveis no exercício de 2021, em virtude da atualização do valor provisionado no exercício anterior com base no valor da ação, uma vez que o valor de provável perda da causa seria o mais apropriado conforme opinião de seus assessores jurídicos.

20. DÉBITOS DIVERSOS - DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

	2021	2020
Subvenções	28.968.012	25.071.278
(-) Realização da Receita/Depreciação	(14.267.602)	(11.893.511)
	14.700.410	13.177.767

Os montantes contabilizados, referem-se às subvenções registradas no ativo depreciable que são reconhecidas como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

21. PATRIMONIO LÍQUIDO

21.1 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor do Patrimônio Social no montante de R\$ 51.181.274 corresponde aos valores de superávits acumulados de exercícios anteriores a 2021, que foram incorporados ao Patrimônio Social no exercício de 2021.

21.2 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Foi constituída em 2003, Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 4.324.037, referente imóveis e bens móveis, através de laudo técnico emitido por empresa especializada.

No exercício de 2021, foi realizado o montante de R\$ 63.081, com base na depreciação, e baixa do imobilizado de bens considerados inservíveis.

Em março de 2021 foi incorporado ao Patrimônio Social os superávits acumulados referente a exercícios anteriores a 2020, no montante de R\$ 51.118.192, conforme AGO de aprovação do balanço anual realizada em 26 de março de 2021, em conformidade com o que determina o Estatuto Social da Entidade.

22. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS / PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestações emitidas	107.885.166	99.681.782
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações - PIC	(4.642.023)	-
Descontos concedidos	<u>(788.623)</u>	<u>(1.136.187)</u>
	<u>102.454.520</u>	<u>98.545.595</u>

Refere-se às receitas originadas pela comercialização de planos de saúde na modalidade pré-pagamento que tem como fato gerador da receita, o período de risco decorrido dos contratos com preço pré-estabelecido, ou seja, o período em que a operadora já prestou cobertura assistencial.

Também é reconhecido a Provisão de Insuficiência de Contraprestações – PIC como redutora das receitas e sua contrapartida nas Provisões Técnicas, conforme nota explicativa nº 14, item ii.

23. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS – CUSTOS

23.1 – EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os Eventos são representados pelos valores de despesas que a operadora utiliza para a prestação do atendimento, em rede credenciada e própria, referente a cobertura contratual do beneficiário do plano de saúde comercializado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Internações	(52.663.526)	(40.052.568)
Exames	(24.927.179)	(22.084.711)
Terapias	(15.171.729)	(11.817.547)
Honorários médicos	(13.578.847)	(11.611.326)
Demais despesas assistenciais	(9.825.981)	(8.215.356)
Ressarcimento ao SUS	(867.063)	(104.771)
Recuperação por Co-participação	6.735.007	6.113.543
Glosa	130.429	32.445
	<u>(110.168.889)</u>	<u>(87.740.291)</u>

23.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS – RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º. Trimestre de 2021 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Demais despesas	TOTAL
Rede própria	2.269.056	12.311.557	5.969.930	44.103.749	7.515.063	-	72.169.355
Rede contratada	8.669.555	9.453.272	8.272.308	8.441.546	2.261.732	9.318	37.107.731
Reembolso	8.273	12.581	862	-	3.024	-	24.740
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento em Corresponsabilidade	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento ao SUS	867.063	-	-	-	-	-	867.063
	<u>11.813.947</u>	<u>21.777.410</u>	<u>14.243.100</u>	<u>52.545.295</u>	<u>9.779.819</u>	<u>9.318</u>	<u>110.168.889</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Faturamento antecipado	639.454	630.202
Multa de cancelamento de contrato	377.071	271.424
Confecção de carteiras	<u>9.230</u>	<u>10.370</u>
	<u>1.025.755</u>	<u>911.996</u>

Referem-se a demais valores não ligados à cobertura assistencial do beneficiário, nesta modalidade são reconhecidas as receitas com faturamento antecipado, multas por cancelamento contratual antes do prazo pré-estabelecido e confecções de carteiras de identificação do beneficiário, bem como a emissão de via adicional.

25. RECEITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Op. Assist. médico-hospitalar convênios e particulares	59.142.087	44.463.649
Receita Op. Assist. médico-hospitalar – SUS	45.388.976	40.104.414
Receita de doações e subvenções	6.225.578	10.779.637
Convênios de ensino	1.272.373	1.032.867
Outras receitas	<u>457.324</u>	<u>2.292.929</u>
	<u>112.486.338</u>	<u>98.673.496</u>

Referem-se aos registros de créditos de origem da prestação de serviço médico-hospitalar à demais operadoras (convênios), pacientes em caráter particular e atendimentos do Sistema Único de Saúde – SUS.

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para perdas sobre créditos	(1.578.860)	(762.377)
Serviços de remoção	<u>(342.832)</u>	<u>(330.786)</u>
	<u>(1.921.692)</u>	<u>(1.093.163)</u>

Referem-se aos registros da PPSC, conforme orientações da RN n° 472, de 29 de setembro de 2021 e as despesas com serviços opcionais de remoção em casa.

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e encargos	(30.486.575)	(27.766.331)
Materiais e medicamentos	(24.433.424)	(18.113.134)
Honorários médicos	(34.464.940)	(29.535.205)
Depreciação	(2.430.673)	(2.356.842)
Materiais de consumo	(3.406.426)	(2.552.491)
Manutenção e conservação	(3.956.527)	(3.868.927)
Serviços de terceiros	(3.624.928)	(3.007.634)
Energia elétrica	(1.130.484)	(996.268)
Aluguéis	(1.175.783)	(893.208)
Gratificações	(941.480)	(24.048)
Água e esgoto	(276.250)	(260.715)
Plano médico e odontológico	(210.756)	(198.459)
Provisão para perdas sobre créditos	(372.189)	(139.843)
Publicidade e propaganda	(278.105)	(184.621)
Impostos e taxas	(199.057)	(205.328)
Amortização	(77.517)	(87.772)
Uniformes	(71.911)	(87.510)
Telefone e internet	(55.414)	(49.875)
Contingências trabalhistas	(32.385)	(59.426)
Cursos e treinamentos	(32.252)	(34.954)
Outras despesas	(69.353)	(81.317)
Brindes	(40.182)	(3.996)
Viagens e estadias	(11.448)	(32.553)
Contingências cíveis	-	(4.310.942)
Reversão de contingências cíveis	2.969.389	-
	<u>(104.808.670)</u>	<u>(94.851.399)</u>

28. ISENÇÕES E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

Conforme determina a NBC T 10.19 – Entidades sem Finalidade de Lucros, os valores relativos às imunidades e isenções das contribuições sociais usufruídas, estão demonstradas como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS Cota Patronal/SAT/Terceiros	13.953.709	12.336.706
Cofins	3.803.830	5.372.228
INSS Autônomos	37.239	31.411
Contribuição Social Lucro Líquido	<u>-</u>	<u>877.907</u>
	<u>17.794.778</u>	<u>18.618.252</u>

A entidade é imune do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigos no. 178 a 182 do Decreto no 9.580 de 22 de novembro de 2018.

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal próprio	(3.175.981)	(2.883.153)
Serviços de terceiros	(915.230)	(1.114.387)
Publicidade e propaganda	(758.183)	(306.589)
Autos de Infração	(621.355)	(560.277)
Aluguéis	(599.469)	(501.953)
Materiais de consumo	(374.355)	(264.836)
Depreciação e amortização	(201.220)	(179.175)
Contingências cíveis	(174.515)	(197.536)
Energia elétrica	(115.326)	(95.393)
Manutenção e conservação	(101.970)	(68.928)
Materiais e medicamentos	(62.006)	(74.270)
Telefone e internet	(56.083)	(66.263)
Tributos	(55.676)	(72.271)
Impostos e taxas	(27.044)	(39.275)
Água e esgoto	(15.786)	(10.777)
Seguros	(3.914)	(4.901)
Viagens e estadias	(3.172)	(242)
Outras despesas	<u>(2.705)</u>	<u>(239)</u>
	<u>(7.263.990)</u>	<u>(6.440.465)</u>

Representam os gastos que da operadora de saúde para gerir os planos de saúde, encontram-se despesas com colaboradores, serviços de terceiros entre outras despesas.

30. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos aplicações financeiras	1.785.883	1.319.812
Juros recebidos	925.936	725.729
Descontos obtidos	<u>207.038</u>	<u>233.462</u>
	<u><u>2.918.857</u></u>	<u><u>2.279.003</u></u>

31. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas bancárias	(451.623)	(439.729)
Juros sobre tributos parcelados	(27.219)	(36.202)
Juros passivos	(192)	(253)
Juros sobre empréstimos	<u>(48)</u>	<u>(858)</u>
	<u><u>(479.082)</u></u>	<u><u>(477.042)</u></u>

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos concedidos

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

A administração de riscos, bem como dos respectivos instrumentos financeiros, é realizada por definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição de suas operações, aos principais fatores de risco abaixo demonstrados:

Risco cambial

Administração com o objetivo de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e investimentos na atividade fim. O risco de liquidez decorre da atividade de assistência médico-hospitalar, a gestão mantém controles e ações imediatas a fim da recuperação dos recebíveis, gerenciando a capacidade de liquidez no curto, médio e longo prazo mantendo reservas adequadas através do monitoramento contínuo do fluxo de caixa;

Risco de crédito

O valor de mercado das disponibilidades, o saldo a receber das contraprestações, outros créditos e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, pois, os vencimentos de parte substancial dos saldos ocorrem em data próxima às do encerramento do exercício. Não existem nas referidas datas-bases outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

Riscos de taxas de juros

A Operadora está exposta aos riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e atualizações monetárias sobre suas obrigações de longo prazo.

33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida da seguinte forma:

Seguradora	Cobertura por evento	Limite máximo segurado	Vigência Final
Unimed Seguros Patr.	Seguro Predial Hospital+C.E.M+Creche	49.340.000	29/12/2022
Sompo Seguros	Seguro Predial - Operadora Santa Casa Saúde	2.641.640	10/11/2022
HDI Seguros	Seguro de Veículos	71.756	19/06/2022
Tokio Marine Seguros	Seguro de Veículos	56.268	10/05/2022
Previsul Seguros	Seguro Predial - SAME	2.030.000	08/01/2022

34. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL COM O RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, abaixo demonstramos a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<u>2021</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais Resultado Líquido	(8.743.686)
Depreciações	5.801.439
Amortizações	229.435
Valor residual do ativo imobilizado baixado	139.167
Valor residual do ativo intangível baixado	12.105
PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	2.219.022
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	206.455
Provisão de eventos a liquidar	1.065.600
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	867.063
Provisão de Insuficiência de Contraprestações	4.642.023
Provisões para contingências	(3.294.355)
Ajustes de exercícios anteriores	<u>(5.181)</u>
Resultado Líquido Ajustado	<u>3.139.087</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(3.798.512)</u>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(198.784)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	308.625
Créditos de Op. Ass. à Saúde N. Rel. com Pl. de Saúde da Oper.	(2.480.543)
Estoques	(952.866)
Bens e Títulos a Receber - circulante	(7.439)
Despesa Antecipada	(1.102)
Depósitos judiciais	(284.920)
Bens e Títulos a receber - não circulante	(181.483)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>1.237.304</u>
Débitos de operações de assistência a saúde	(254.588)
Outros tributos e contribuições a recolher - circulante e não circulante	(11.789)
Obrigações sociais e trabalhistas	857.038
Débitos diversos - circulante e não circulante	(876.001)
Doações e subvenções - não circulante	1.522.644
Aumento (Diminuição) em Atividades de Investimentos	<u>(552.798)</u>
Aplicações Financeiras	8.468.310
Cotas cooperativas	(252.421)
Aquisição de ativo imobilizado	(8.541.579)
Aquisição de ativo intangível	(227.108)
Aumento (Diminuição) em Atividades de Financiamentos	<u>-</u>
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método indireto)	25.081
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método Direto)	25.081

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houve eventos subsequentes que devessem ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

36. IMPACTOS DO COVID-19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia-a-dia das pessoas.

O segmento de atuação da Entidade é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil, bem como planos de ações e medidas de precaução para disseminação da doença.

A pandemia impactou os resultados financeiros da Entidade inclusive suas metas para os indicadores econômico-financeiros para o exercício, o que exigiu medidas administrativas para garantir o cumprimento de todas as exigências financeiras, capital regulatório e índices de margem de solvência. As ações mitigadoras incluíram: (i) o formato de trabalho home office, bem como o afastamento imediato e o tratamento de colaboradores com sintomas gripais; (ii) utilização de telemedicina para orientação e realização de consultas com seus beneficiários; (iii) comunicação com seus clientes, rede credenciada e com a sociedade em geral para a prevenção da disseminação do vírus; (iv) constante revisão de seu Plano Estratégico; (v) ampliações da assistência à saúde por meio de parcerias governamentais; (vi) ampliação de leitos; (vii) investimentos na capacitação e qualificação de colaboradores, médicos e líderes das mais diversas áreas da Entidade.

A Entidade continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e está seguindo todos os protocolos de segurança exigidos pelos órgãos de saúde competentes.

37. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2022.

* * *